

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.370.596 - SP (2018/0250014-5)**

**RELATORA** : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**  
**AGRAVANTE** : **PARTNERS CONSULTORIA E SERVICOS DE CALL CENTER LTDA**  
**ADVOGADOS** : **ALINE ZAIA E OUTRO(S) - SC038620**  
                  **DIOGO ANTONIO CORREA DOS SANTOS - SC018955**  
**AGRAVADO** : **UNIVERSO ONLINE S/A**  
**ADVOGADOS** : **LUIZ GUSTAVO DE OLIVEIRA RAMOS E OUTRO(S) - SP128998**  
                  **MICHEL SCHIFINO SALOMÃO - SP276654**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base neste(s) fundamento(s): ausência de violação/negativa de vigência/contrariedade e Súmula 7/STJ.

Entretanto, a parte agravante não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade do(s) seguinte(s) óbices: ausência de violação/negativa de vigência/contrariedade e Súmula 7/STJ.

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Deixo de majorar os honorários de sucumbência recursal, visto que não foram arbitrados na instância de origem.

Previno a parte recorrente que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação ao pagamento das penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora

